



OBSERVATORIO LATINOAMERICANO Y CARIBEÑO

Revista

OBSERVATORIO LATINOAMERICANO Y CARIBEÑO

Instituto de Estudios de América Latina y el Caribe · IEALC

ISSN 1853-2713

<https://publicaciones.sociales.uba.ar/observatoriolatinoamericano/>

Volumen 2 · Número 1 (2018)

Por um marxismo decolonial: contribuições para a reflexão sociológica contemporânea

Jórisa Danilla N. Aguiar

RECIBIDO: 18 de marzo de 2018

APROBADO: 20 de octubre de 2018

Por um marxismo decolonial: contribuições para a reflexão sociológica contemporânea¹

Jórisa Danilla N. Aguiar
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Brasil
jdanillaaguiar@hotmail.com

Resumen

As duas últimas décadas do século XXI e suas mudanças políticas trouxeram à baila novas questões teóricas para se pensar a América Latina contemporânea. O projeto teórico-político de intelectuais latino-americanos de nome *movimento decolonial*, que surge contemporaneamente com o argumento de resistência ao ocidental-centrismo e conseqüente renovação crítica das Ciências Sociais no subcontinente, em nossa hipótese, pretende ampliar o potencial explicativo da teoria social, bem como a potencialidade de viabilizar prognósticos emancipatórios. Este trabalho tem como principal objetivo indicar que é possível realizar uma síntese fecunda e produtiva entre a decolonialidade e o marxismo em sua vertente não-eurocêntrica, sem cair num essencialismo epistemológico, nem perder o vínculo analítico de que se faz necessário completar a formação econômico-social do subcontinente trilhando um projeto revolucionário. Esta discussão se mostra pertinente por estabelecer um frutífero diálogo com a teoria sociológica contemporânea, a sociologia crítica aberta pelos estudos culturais, pós-coloniais e decoloniais, a partir uma perspectiva marxista.

Palabras clave: *sociologia contemporânea – decolonialidade - marxismo.*

Abstract

The last two decades of the twenty-first century and its political changes have brought new theoretical questions to contemporary Latin America. The theoretical-political project of Latin American intellectuals called *decolonial movement*, which arises simultaneously with the argument of resistance to Western-centrism and consequent critical renewal of Social Sciences in the subcontinent, in our hypothesis, intends to expand the explanatory potential of social theory, as well as the potential of making emancipatory predictions viable. The main objective of this work is to indicate that it is possible to carry out a fruitful and productive synthesis between decoloniality and marxism in its non-eurocentric dimension, without falling into an epistemological essentialism, nor losing the analytical link that it is necessary to complete the economic- of the subcontinent with a revolutionary project. This discussion is pertinent for establishing a fruitful dialogue with contemporary sociological theory, the critical sociology open by cultural studies, postcolonial and decolonial, from a marxist perspective.

Keywords: *Contemporary sociology - decoloniality - marxism*

Introdução: a proposta de um debate entre decolonialidade e marxismo

Um conjunto diversificado de autores compõe hoje movimento “giro decolonial”, um dos mais importantes coletivos de pensamento crítico de intelectuais majoritariamente latino-americanos, surgido ainda na primeira metade do século XXI. O pensamento decolonial surge após a maturação de um processo de mudanças que as Ciências Sociais

¹ Esse artigo apresenta parte das discussões trazidas na minha tese de doutorado, defendida em agosto de 2017 no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande/Brasil, de título “Entre a subalternidade e o socialismo indoamericano: existe um pensamento marxista decolonial?”.

vinham enfrentando, principalmente na América Latina no que se refere à sua (re)construção por diferentes correntes de pensamento crítico. O grupo objetiva analisar a maneira que o mundo se desenvolve na atualidade, partindo desde a investigação da política global e das relações sociais de modelos e teorias de conhecimento que sirvam para interpretar as diferentes temporalidades e localidades de poder e de conhecimento no subcontinente.

Ao recuperar criticamente o *ethos* científico ao passo que se verifica a aplicabilidade de categorias para a realidade latino-americana, o pensamento decolonial propõe a criticidade das teorias estabelecidas, inclusive de teorias contestadoras como a pós-colonial e, muitas vezes, o próprio marxismo. Se por um lado a colonização impunha uma hierarquia dos seres, a colonialidade aparece como uma experiência onde se verifica múltiplas formas de subalternização. Trata-se, pois, de estabelecer a teoria social latino-americana composta por intelectuais conscientes e críticos, segundo definições dos autores dessa corrente.

A epistemologia colonial foi determinante para que o colonialismo fizesse da América Latina uma *sociedade colonialista fundacional*, onde, pela primeira vez a colonização e o racismo agiam em favor do capitalismo (Ballestrin, 2012). Vários autores destacam que o fenômeno da colonialidade representaria o lado obscuro da modernidade (Quijano, 1992; Mignolo, 2010). Ao trazer ao debate o colonialismo como uma das formas contemporâneas de dominação, os autores do Grupo Latino-americano de Estudos Subalternos e, posteriormente, o Grupo Modernidade/Colonialidade buscam fundamentalmente romper esse ciclo e avançar em termos de independência, libertação e emancipação das sociedades exploradas pelo racismo, imperialismo e neocolonialismo. Interessa-nos investigar também que interpretação esse autores realizam dessas categorias políticas, e como essas categorias se realizam contemporaneamente, nas formas atuais de colonialidade, a racialidade e imperialidade.

O sociólogo peruano Aníbal Quijano, um dos fundadores desse movimento de intelectuais no subcontinente e que na atualidade se articulam sob a forma do argumento decolonial, clarifica como a questão do racismo foi funcional às relações capitalistas desenvolvidas na América Latina, intensificando-as:

A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial de poder capitalista. Se funda na imposição de uma classificação racial/étnica da população mundial como pedra angular de um dito padrão de poder e opera em nada um dos planos, âmbitos e dimensões, materiais e subjetivas, de existência social e cotidiana e a escala societal. Se origina e mundializa a partir da América. (Quijano 2005: 342)

Os intelectuais já clássicos do grupo decolonial, Aníbal Quijano e o filósofo argentino Enrique Dussel, se debruçam sob a reflexão da colonialidade e sob a maneira com que é recuperada em uma dimensão crítica e política, sem ocultar a permanência do processo

de divisão do trabalho que polariza o mundo dentro de uma lógica capitalista. As definições desses intelectuais que estabelecem a versão pós-colonial latino-americana entendem, assim como ressaltou Edward Said ([1978] 2007), que estamos em meio à uma “divisão geográfica imaginária” do mundo.

Outros importantes pesquisadores se juntam ao primeiro grupo e compõem o movimento de estudos subalternos latino-americanos, estabelecendo uma agenda de estudos e trocas de saberes que influenciam decisivamente as teorizações utilizadas para explicar nossa realidade. Num primeiro momento, também são emblemáticos os nomes de Immanuel Wallerstein, Edgardo Lander e Walter Mignolo. Outros relevantes intelectuais contribuíram com a formação e reelaboração do grupo agregando temáticas como a questão étnica, a filosofia subalterna e o feminismo latino-americano.

O presente estudo parte da necessidade de entender o percurso filológico da decolonialidade a partir da herança dos estudos subalternos, bem como a atual substituição do argumento pós-colonial através do movimento *giro decolonial* defendido por esses autores, para, em seguida, desenvolver criticamente as consequências teóricas e políticas desse movimento de mudança epistemológica do saber desenvolvido na América Latina e para o subcontinente. Nossa análise crítica parte do princípio de que grande parte dos autores que reivindicam uma nova guinada na ciência social e na ciência política latino-americana contrapõe-se também ao marxismo, compreendendo-o como uma teoria homogênea e eurocêntrica. Em nossa hipótese, problematizamos e contrapomos essa premissa. Apontamos que conceitos e teorias recuperados pela corrente de autores decoloniais e já foram postulados anteriormente por autores marxistas, tendo como exemplo Gramsci e a subalternidade e o indoamericanismo socialista com Mariátegui. Contudo, os autores decoloniais que propõem a necessidade de ruptura com o marxismo muitas vezes descuram a carga revolucionária desses conceitos. Em nossa hipótese, a partir da recuperação de alguns pressupostos teóricos dos autores decoloniais, é possível comparar a divisão estabelecida entre os que rompem ou não com o marxismo com o essencialismo latino-americano, uma das faces que caracterizou o debate marxista no subcontinente na década de 1930, principalmente por tratar da fragmentação política que propõe uma classificação social baseada na questão das raças como *a* luta e não como parte da luta de classes. Gramsci e Mariátegui aproximaram a concepção tradicional da política marxista dos subalternos, buscando uma associação entre saber intelectual e vontade popular, indicando elementos que são apresentados pela esquerda decolonial, de forma mais ou menos aproximada, ao passo que se distanciam das visões eurocênicas do marxismo.

A afirmação de que Karl Marx e Frederick Engels reproduziam o eurocentrismo em suas teorias e preocupações, pesquisas e escritos nos parecem distorcidas se for seguida a

trajetória dos fundadores do materialismo histórico ao longo do desenvolvimento teórico e atividade política. Contudo, o marxismo não é uma corrente homogênea e, fora de um determinismo rígido, nos parece fundamental postular como a tradição política que inspirou vários trabalhos de cunho marxiano responde aos problemas que estão fora do contexto europeu, porém, inseridos na realidade mundial. Como os marxistas que vieram depois de Marx e Engels abordaram, por exemplo, as questões políticas reais colocadas pelo domínio colonial da Europa e América do Norte da Ásia, África e América Latina?² Toda a tradição marxista permaneceu fechada à exclusividade da classe operária como único sujeito revolucionário? Afinal, o mundo habitado pelos grandes partidos socialistas do final do século XIX e início do século 20 foi aquele em que, até a Segunda Guerra Mundial, grandes partes do globo foram subjugadas por um punhado das nações mais poderosas. Como os marxistas responderam a essa realidade, onde nações impunham hegemonia às nações ainda não desenvolvidas?

Não desconsideramos, contudo, a fundamental contribuição do conjunto variado de vozes que compõem o pensamento decolonial: a crítica radical e profunda da visão ocidental-centrista ao passo que resgata a produção teórica latino-americana (LÖWY, 2015). Postular o conceito da colonialidade como um conceito chave para compreensão da nossa realidade representa também um avanço em termos de análise concreta. Esta discussão se mostra pertinente por estabelecer um frutífero diálogo com a teoria sociológica contemporânea, a sociologia crítica aberta pelos estudos culturais, de teoria crítica, pós-coloniais e decoloniais, também desde uma perspectiva marxista.

2. Colonialismo e Imperialismo

É preciso ir além e desvendar a face política e ideológica dessa forma de subalternização que é o colonialismo, amparado pelo fenômeno do imperialismo, em sua forma moderna de atuação. A interpretação do fenômeno do imperialismo pelo marxismo revolucionário revelada por Lênin em sua obra de 1916, *Imperialismo fase superior do capitalismo*, nos parece fundamental para desvendar, por exemplo, como desconsiderar a contínua influência imperialista pode resultar em importantes consequências teóricas e políticas, como a aposta em frações burguesas na luta por uma outra hegemonia e o alerta para a inviabilidade dessas direções no combate ao imperialismo.

Lênin vai analisar as transformações no capitalismo mundial sofreu na passagem do século XIX para o século XX, atentando para a aplicação do método científico do materialismo dialético da análise do sistema capitalista, desmascarando a essência do

² Não é demais destacar que, neste trabalho, o foco de estudos é a América Latina, apesar de inferirmos os estudos sobre África e Ásia ressaltando o trabalho de estudiosos, por exemplo, da causa negra e palestina.

imperialismo com profundidade em sua base econômica, mas indo além. Entender também a divisão do mundo entre os poderes e como isso provoca alterações nas características do capitalismo, tratando-se de uma nova etapa específica desse sistema, um sistema de relações internacionais entre nações. O capitalismo deixa de ser um capitalismo de livre concorrência para ser um capitalismo monopólico. O que essa afirmação significaria, em essência? Sumariamente, significa que os grandes capitalistas dos países mais ricos tendem a se fundir, aumentar seu poder e engolir as empresas menores. Trata-se de uma tendência profunda do capitalismo que opera entre os Estados, mas também no interior das fronteiras nacionais. A economia mundial passa a ser dominada por monopólios e pela predominância do capital financeiro, por sua vez apoiadas pelos respectivos Estados Nacionais.

Esse é um dos sentidos do imperialismo, o elemento que distingue o capitalismo dos séculos anteriores do capitalismo do século XX – e também da forma imperialista que verificamos até hoje – é a fusão do capital bancário e do capital industrial gerando a predominância e hegemonia do capital financeiro. Antes do século XX os bancos eram agências de mediação, faziam empréstimos, mas não cumpriam o papel que cumprem a partir de então, onde determinam economias, leis, se tornando “monopolistas onipotentes” (Lênin, [1916]2005: 31). O velho capitalismo comercial e a exportação de mercadorias dá lugar ao capitalismo onde o monopólio e a exportação de capitais se torna o fundamento econômico e esse fenômeno de exportação de capitais se decorre do fato de que em alguns países o capital já está “maduro” e necessita de campo de capital para “investimento rentável” (Idem).

Tem-se uma tendência monopólica ainda maior que tem inclusive o domínio da quantidade de capital que circula num determinado país. Lênin indicava que essa tendência capitalista que tendia ao monopólio era uma tendência que na sua época impunha uma maior racionalização da economia, porque organizava os grandes grupos capitalistas de modo a produzir de maneira mais eficaz e nesse sentido promovia uma “fase superior”. Contudo, o capitalismo, como muito bem foi observado pelo Lênin é incapaz de levar suas próprias tendências até o final,

(...) se o capitalismo tivesse podido desenvolver a agricultura, que hoje em dia se encontra em toda parte enormemente atrasada em relação à indústria; se tivesse podido elevar o nível de vida das massas da população, a qual continua a arrasar, apesar do vertiginoso progresso da técnica, uma vida de subalimentação e de miséria, não haveria motivo para falar em excedente de capital. (Lênin, 2005: 61-62)

Ao internacionalizar a economia de uma maneira superior até inaugurar tendências monopólicas, promove, por outro lado, todas essas transformações sem que as propriedades privadas dos meios de produção fossem abolidas, o que determina que essas tendências não anulem as fronteiras nacionais e nem a existência de uma classe burguesa

dominante. Como resultado desse processo, vê-se um capitalismo absolutamente internacionalizado, mas existem ainda nas fronteiras nacionais e as burguesias e as classes dominantes que detêm esse capital em cada país. Irremediavelmente o aprofundamento da competição, ao invés de promover uma racionalização maior da economia, uma competição que se estabelece em primeiro lugar entre os grupos capitalistas dentro de cada nação e em segundo lugar, entre os países.

Um terceiro elemento muito importante que o Lênin vai destacar trata da tendência a maiores enfrentamentos entre os Estados, a maior frequência das guerras, de grandes conflitos com motivações comerciais pela partilha do mundo. Até então, na época imperialista, o mundo já estava dividido entre potências imperialistas e potências médias e países semicoloniais ou dependentes, como no caso da América Latina. As decisões sobre quais potências imperialistas vão se concentrar a exportação de capital e o domínio dos mercados internacionalmente passa cada vez mais a ser uma decisão resolvida através das guerras, que podem ser comerciais ou podem ser guerras de fato, estabelecidas através de enfrentamentos militares como se observou no início do século XX com a primeira e segunda guerra mundial, que tinha a questão do imperialismo como fundamento³.

Para Lênin, a questão do imperialismo não significa simplesmente uma política mais agressiva de uma ou outra potência. Não se tratando de uma mera operação econômica, a centralidade que se propõe ao examinar na análise leninista sobre o imperialismo é que este se reveste de uma transformação de época, porque o capitalismo por excelência precisa se expandir e essa expansão se choca com o fato de que o capitalismo precisa estabelecer monopólios. É justamente da contradição entre essa tendência expansiva e a questão de que o mundo é restrito e, por conseguinte, o mercado é restrito, que vai se aprofundar a tendência às guerras, às crises, mas também às revoluções. É importante salientar que as revoluções também são fruto das contradições do capitalismo. A luta antiimperialista que se coloca contemporaneamente está indissolúvelmente ligada à luta anticapitalista, lutas que foram vistas em movimentos contestatórios que no subcontinente perturbaram a hegemonia política e ideológica do neoliberalismo, há cerca de três décadas. Foi nesse contexto onde se pontuou a “urgente necessidade prática de examinar cuidadosamente o caráter do imperialismo em sua fase atual, suas fortalezas e debilidades e as perspectivas emancipatórias de nossos povos”, que surgem os fóruns de discussão e a agenda teórica e política que proporciona a ascensão da nova teoria social

³ Durante a primeira guerra, a hegemonia britânica se apresentava em decadência e buscava-se definir quem seria então a principal potência imperialista que dominaria o mundo. Esse problema não se resolve com a primeira guerra, desencadeando para que ocorra a segunda guerra mundial, a qual se tem por um lado, como grande vencedor do bloco capitalista, os Estados Unidos, que passa a ser a potência capitalista mais importante, reservando seu domínio mundial até os dias de hoje como potência fundamental, e do outro lado a União Soviética que não era uma potência imperialista porque não se tratava de um capitalismo, mas que ao fim do conflito resulta com um terço do mundo sob sua influência.

latino-americana (Boron, 2006: 463). Contudo, o necessário estudo sobre as questões relativas à teorização contemporânea sobre o imperialismo não se apresentou como um empreendimento encarado com rigor pelos autores decoloniais, que se centraram muito mais em análises da colonialidade, como se fossem processos distintos e separados. Essa preocupação com a ausência da abordagem contemporânea sobre a imperialidade recebe destaque num recente trabalho de Luciana Ballestrin (2014). A autora, que no Brasil se destaca pelo estudo sistemático e pioneiro sobre o movimento decolonial e suas origens, produção acadêmica e polêmicas, indica que essa incapacidade em “articular a colonialidade com o imperialismo” contribui decisivamente para a “condução de um diagnóstico e prognóstico problemáticos, tanto em termos analíticos como normativos” (Ballestrin, 2014: 15).

3. A decolonialidade e as interpretações do marxismo: aportes para uma esquerda decolonial

Ao tratar da heterogeneidade do grupo de autores decoloniais contemporâneos, Michel Löwy (2015) acertadamente realiza uma diferenciação entre os que integram esse movimento, uma diferenciação que tem estreita relação com o fato desses autores identificarem uma superação do imperialismo, fato que faz com que parte da corrente decolonial critique sistematicamente a análise a partir do marxismo da realidade latino-americana e que nos permite interpretar essa corrente como heterogênea e ampla. Enquanto parte do grupo pretende estabelecer uma rotura com todas as teorias de origem europeia, incluindo a perspectiva marxista, há também os que buscam uma articulação entre o marxismo a superação da colonialidade, do imperialismo e o latino-americanismo, elaborando uma análise materialista de alguns aspectos do argumento decolonial. É inerente à formação desse movimento teórico a discussão da necessidade de postular uma guinada epistemológica no saber, um rompimento com a pós-modernidade⁴ indicando que o pensamento latino-americano deve ter como referência o oprimido, o sujeito subalterno em sua especificidade.

Antes mesmo do estabelecimento do giro epistemológico decolonial, a Filosofia da libertação e o estudo da colonialidade do poder/saber que tem como expoentes e idealizadores o argentino Enrique Dussel e o peruano Aníbal Quijano, respectivamente, começaram a traçar uma nova epistemologia para pensar uma nova teoria social latino-americana. Fazer com que os *damnés de la terra*⁵, os subalternos, sejam o ponto de partida,

⁴ O pós-modernismo, ao propor o fim da história questiona o sistema do método para as “ciências não-duras”, principalmente o método marxista histórico-dialético.

⁵ Assim como realizado por Mignolo (2008), fazemos referência direta à Franz Fanon ao postular a categoria “condenados da terra”.

sejam protagonistas das teorias sociais produzidas para e a partir da América Latina, parte fundamentalmente da premissa de que as ciências têm sido funcionais à polarização de mundo e que as formas de dominação que surgiram no processo de colonização europeu continuam atuando contemporaneamente.

As reflexões aqui apresentadas nos permitem pensar uma relação não eurocêntrica entre marxismo e América Latina, articulando dialeticamente o plano nacional com o internacional, ampliando o debate sobre a luta de classes trazidas pela perspectiva marxista, trazendo ao debate o colonialismo e o racismo, particularidades que a expansão imperialista como fase superior do capitalismo adotou no subcontinente. Esse debate foi profícuo na primeira fase do marxismo em nossa região, ainda em meados de 1920 e 1930, tendo a obra de Mariátegui a maior visibilidade nesse sentido, por pontuar a necessidade de incorporar o índio e o camponês à luta classista por emancipação das situações de opressão diversas.

Ao pensar o encontro entre Marx e a América, problematizamos que Marx, juntamente com Engels, formulam hipóteses e assertivas sobre as relações sociais que ocorrem fora da Europa Ocidental. Como bem evidenciado por Giovanni Semeraro, há, na tradição clássica do marxismo encabeçada pelo próprio Marx, todo um debate e denúncia sobre a situação dos países subjugados ao capital (Semeraro, 2012). A herança do pensamento gramsciano perscruta, para além das ideias de Marx sobre a situação de países colonizados, as convicções de Lênin sobre a necessidade de se “condenar abertamente” o colonialismo, ao passo que também estimulava e apoiava as “lutas nacionais de libertação e independência” (Ibid.: 60). Ainda de acordo com Semeraro

Ao aprofundar a visão de Marx e Lenin, Gramsci subverte a concepção tradicional de política e de filosofia, colocando-as em íntima e inseparável relação com as lutas dos “subalternos” e a fermentação nas periferias, estabelecendo uma profunda simbiose entre o “saber” intelectual e o “sentir” popular, entre a elaboração teórica e a prática dos “simples”. (Semeraro, 2012: 60)

No subcontinente, no debate marxista da primeira metade do século XX, Mariátegui, como grande expoente militante-teórico do socialismo e referência primeira para a compreensão dos processos históricos e políticos do nosso subcontinente, nos apresenta em suas obras o papel a ser desenvolvido pelos povos autóctones em busca da autonomia, levando em consideração as especificidades latino-americanas utilizando-se de um aparato teórico revolucionário, sendo o precursor desse “encontro”. É importante lembrar também que o peruano rechaçava o transplante dos modelos de desenvolvimento sócio econômico da Europa para a América Latina.

Como argumenta Jean Tible, pensar em Marx e América Latina – e América Indígena – é postular o Marx pensador das lutas concretas e conceituais; não procedendo dessa forma,

seria inviável qualquer diálogo proposto entre o filósofo alemão e nossa realidade contemporânea, de uma região em luta (Tible, 2012).

Na esteira dessa reflexão, entendemos que a nova colonialidade precisa ser estudada e revista como forma de ser vencida sob os moldes neoliberais, como intenta realizar o movimento giro decolonial e os intelectuais que perfazem o grupo. Porém, em nossa hipótese, é preciso fazê-lo sem desconsiderar a centralidade da luta de classes, realizada na política e pensando o capitalismo e seu desenvolvimento desigual e combinado de forma estratégica, como uma forma de combater também o eurocentrismo e o colonialismo no campo científico.

Estudar esses processos teóricos e trazê-los para o debate contemporâneo é relevante por cumprir a tarefa de estimular reações da atividade intelectual revolucionária, sem descuidar a perspectiva da universalidade marxista contra as ofensivas sofridas desde o fim do século XIX, que, podem vir também de correntes não necessariamente alinhadas à posturas reacionárias ortodoxas. Conforme indica Luciana Ballestrin, o exame da “renovação crítica das Ciências Sociais na América Latina no século XXI” que representa o giro decolonial, nos faz percorrer o caminho acerca de como foi realizada a inserção do continente no debate pós-colonial, a incorporação dos estudos subalternos (indianos e latino-americanos) até a chegada da “radicalização do argumento pós-colonial através do movimento ‘giro decolonial’” (Ballestrin, 2012: 1; Ballestrin, 2013: 89).

Nosso resgate contém, fundamentalmente, uma crítica marxista à uma fração dos autores que perfazem o grupo, pois em nossa hipótese, pensar as particularidades do subcontinente desde uma perspectiva crítica revolucionária consiste em uma empreitada teórica possível e fecunda no campo acadêmico e que traz, no campo político, o sobreaviso da inviabilidade das direções pequeno-burguesas e indica a impossibilidade das burguesias nacionais se mostrarem como aliadas no contra o imperialismo. Concordamos com Löwy (2015) quando este postula que se trata de uma falácia abrir mão – em termos teóricos e práticos – de utilizar as ideias centrais do marxismo e que são universais e não necessariamente europeias, se partimos da análise de que o capitalismo também é universal e que a luta de classes, mesmo adquirindo formatos diferentes, podem ser pensadas também desde a periferia do sistema.

Pensar uma nova hegemonia para a América Latina, em termos de emancipação subalterna e democracia implica avançar na construção de outro tipo de relação social e uma distinta forma de organizar o poder. A crise que estamos atravessando permite ampliar as perspectivas e buscar novos caminhos para uma revolução social.

Não é secundário ressaltar que, justamente na década de 1990 o marxismo vivia um momento dicotômico importante e que pode indicar sintomas para a divisão entre

pensamentos, estratégias e assimilação teórica entre o grupo de intelectuais latino-americanos quanto ao marxismo. Por um lado se verificava à época o que muitos autores identificam como “fim do socialismo real”, com a enfraquecimento dos partidos comunistas existentes no mundo, as reestruturações no campo da economia e a abertura política e consequente agravamento da crise das repúblicas da União Soviética alavancada pelo governo russo de Mikhail Gorbachev, culminando na caída do muro de Berlim; por outro, em alguns países, incluindo decisivamente a América Latina, havia a redescoberta das teorias críticas e também do diálogo aberto da teoria marxista com os movimentos sociais. Essa renovação crítica do marxismo tratava de mobilizar conceitos que se relacionassem de forma mais direta com as situações concretas de cada país no marco geral do capitalismo. O universo acadêmico, como reflexo do movimento real da sociedade, apresenta essa dicotomia. Se havia uma série de lutas heterogêneas, em grande parte impulsionada pela defesa dos recursos naturais e que expressavam forças políticas se colocavam como alternativas ao neoliberalismo, com evidências de protagonismo de movimentos sociais, por outro lado, o colapso do “socialismo realmente existente” faz crescer um leque de teorias que apontam para o fim da centralidade da categoria trabalho, o fim da própria classe trabalhadora como sujeito político de transformação e, não menos importante, a negação da política⁶.

A necessidade de avançar na dimensão do binômio entre burgueses e proletariados e controverter a existência de um “sujeito classista unitário” com as características fabris pensadas por Marx e Engels, fez com que o grupo latino-americano se inspirasse nos caminhos trilhados por Gramsci para chegar ao estudo da categoria “subalterno”, que havia sido retomada à época pelos historiadores indianos. É preciso ressaltar, contudo, que o estudo realizado por Gramsci sobre a subalternidade – ainda nos escritos anteriores ao cárcere, mesmo carecendo do significado e relevância atingidos na maturidade do pensamento do marxista sardo em meados dos anos 1930 – em nada se alinha com uma negação ou crítica à teoria marxista sobre as classes sociais. Tanto o grupo subalternista indiano quanto o latino-americano não acompanharam as principais linhas interpretativas e os critérios metodológicos elucidados por Gramsci sobre a complexa relação hegemônica utilizada pelas classes dominantes para a reprodução reiterada da subalternidade, tampouco as possibilidades de transformação dessa condição, de organização como classe por meio da ação política efetiva, até porque não compreendem os subalternos como parte uma classe necessariamente unida pela exploração e opressão ditadas pela lógica do capital.

⁶ O pós- modernismo e as teorias de fim da história encontram, nesse embuste, terreno fértil de multiplicação.

4. O Grupo Modernidade/Colonialidade e o movimento decolonial

O argumento pós-colonialidade e a subalternidade subalternos ecoam para além do universo anglo saxão, chegando à América do Norte e América Latina. O papel dos estudos das humanidades na consolidação do domínio colonial passou a fazer parte da academia norte-americana com o grupo *Foreign Culture*, ou Culturas Estrangeiras, onde se abriu espaço para se estudar o pós-modernismo, os estudos culturais e a teoria feminista, e, conseqüentemente, para a teoria pós-colonial e os estudos subalternos. Contudo, essas teorias pareciam desconectadas da realidade social latino-americana, ou seja, faltava o estudo da dependência econômica e a crítica às ideologias eurocêntricas. A partir do descontentamento com esse distanciamento e com a necessidade de rearticular uma nova repolitização da teoria, John Beverly, Walter Dignolo, Aníbal Quijano, entre outros intelectuais que lá viviam, fundaram o Grupo Latino-americano de Estudos Subalternos, em meados da década de 1990, sendo marcante o lançamento da obra *Colonialidad y modernidad-racionalidad*, de 1992, do sociólogo peruano Aníbal Quijano. Em 1995 publicam o “Manifesto inaugural” do grupo, inserindo o subcontinente no debate pós-colonial. De acordo com o Manifesto inaugural, Ranajit Guha teria inspirado a fundação de um “projeto similar dedicado ao estudo do subalterno na América Latina” tratando-se de processos que “convidam a buscar novas formas de pensar e de atuar politicamente” (Manifesto, 1998: 70 apud Ballestrin, 2012)⁷. O manifesto ressalta que, além do Grupo de Estudos Subalternos indiano, outros movimentos locais foram fundamentais na condução dos Estudos Latino-americanos pelo grupo, a exemplo das revoluções mexicana (1910), cubana (1959) e nicaraguense ou sandinista (1979). Ou seja, são intelectuais engajados politicamente, em maior ou menor medida, com relevante atuação nos espaços acadêmicos e também em fóruns e movimentos sociais. Esses movimentos de resistência pontuavam a necessidade de reconceitualizar a relação entre Estado, nação e povo (Idem). A Associação de Estudos Latinoamericanos – LASA e o Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais (CLACSO) contam como espaços importantes para a formação e consolidação do grupo, pelo suporte institucional oferecido e pela formação interdisciplinária que oferece. Entendemos que a constituição de grupos de estudos latino-americano é parte de uma formação que é constante e que está atenta aos processos políticos do subcontinente, de resubalternização de nossos sujeitos históricos revolucionários, como o índio, o camponês, o mestiço, o negro, e outros sujeitos oprimidos por diferenças de sexo, orientação sexual, nacionalidade, crença.

⁷ O manifesto foi publicado inicialmente pela revista *Boundary 2* (vol. 20, número 3) e reimpresso depois no volume *The Postmodernism Debate in Latin America* (eds: J. Beverley, J. Oviedo, M. Aronna, Duke University Press 1995) com o título “Founding Statement” (Castro Gómez, 1998). A tradução para o espanhol foi feita por Santiago Castro-Gómez e publicada no livro editado por ele e Eduardo Mendieta, de título *Teorías sin disciplina (latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate)*, México: Miguel Ángel Porrúa, 1998.

O grupo latino-americano de estudos subalternos discorria sobre as sociedades plurais, inferiorizadas pelo pensamento europeu, exotizadas em contraste com as sociedades “desenvolvidas” e tinha como seu grande expoente o argentino Walter Mignolo, reconhecido pela sua produção acadêmica em torno da questão colonial e geopolítica do conhecimento, com foco na influência da racionalidade e modernidade/ colonialidade demonstradas no seu desenvolvimento de teorias sociais e políticas. A necessidade de revisão da constituição histórica da modernidade e seu lado obscuro com reflexos na América Latina, ou seja, o sua perspectiva crítica divergências com alguns termos ainda utilizados para caracterizar o grupo subalternista latino-americano, faz com que Mignolo e outros intelectuais do subcontinente desagreguem o grupo de estudos subalternos latino-americano alegando que os estudos subalternos “não rompem de maneira suficiente com os autores eurocêntricos” (Mignolo, 2007: 14-15), fundando ainda no final dos anos 1990, mais precisamente em 1998, o Grupo Modernidade/Colonialidade como parte do movimento decolonial por impulsionarem o questionamento do ocidental-centrismo nas ciências. A categoria de colonialidade aparece como a contrapartida fundamental para enfatizar as consequências da modernidade nos países subdesenvolvidos ou de desenvolvimento tardio e é radicalizada com o “giro decolonial”. Ballestrin indica que este termo foi utilizado primeiramente por Nelson Maldonado Torres em 2005, ano em que “organizou encontro em Berkeley chamado *Mapping Decolonial Turn*, onde o grupo Modernidade/Colonialidade dialogou com um grupo de filósofos caribenhos e filósofas latinas”, na reunião a decolonialidade passou a fazer parte do argumento de resistência teórico-prático, junto aos elementos modernidade/colonialidade (Ballestrin, 2012: 16; Castro Gómez e Grosfoguel, 2007, Mignolo, 2007).

Se o pós-colonialismo busca compreender como, contemporaneamente, essas marcas do ordenamento colonial e imperial seguem operando, o argumento decolonial radicaliza essa compreensão, expandindo-a para além das heranças da ordem racial (negros, indígenas) e propõe análises de outras marcas na sociedade, como a de gênero, a de heteronormatividade, de religiosidade, etc. Foi um termo posteriormente bastante difundido por Walter Mignolo. Para o argentino, o movimento *decolonial* estaria em marcha desde o momento em que se propõe uma ruptura entre a pós-modernidade e a pós-colonialidade como se pensava no Grupo Modernidade/Colonialidade (Mignolo, 2008).

A diversidade de formação e nacionalidades sempre foi uma característica dos intelectuais que compõe o grupo Modernidade/Colonialidade, entre os mais destacados, podemos citar, além do semiótico argentino Walter Mignolo, o sociólogo venezuelano Edgardo

Lander⁸, o antropólogo colombiano Arturo Escobar, o filósofo argentino Enrique Dussel, o antropólogo venezuelano Fernando Coronil, além do sociólogo estadunidense Immanuel Wallerstein e o sociólogo peruano e um dos já clássicos intelectuais latino-americanos, Aníbal Quijano. Contemporaneamente se juntam ao grupo o filósofo colombiano Santiago Castro-Gómez, o sociólogo porto-riquenho Ramon Grosfoguel, O conhecido sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, a linguista estadunidense Catherine Walsh, a semiótica argentina Zulma Palermo e o filósofo porto-riquenho Nelson Maldonado-Torres.

É crescente a produção anti-eurocêntrica e crítica na América Latina, impulsionada em grande medida pela programa de Pós-Graduação em Estudos Latino-Americanos sediado na Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM). Atualmente, são nomes de referências para o pensamento crítico desde a perspectiva marxista, a socióloga María Elvira Concheiro Borquez e sua destaca publicação sobre Antonio Gramsci, assim como do sociólogo político José Guadalupe Gandarilla Salgado e seus escritos sobre poder e política na modernidade a partir de uma perspectiva decolonial. Ambos são mexicanos que têm contribuído ricamente para a teoria e práxis política latino-americana.

Luciana Ballestrin nos indica que o pensamento *decolonial* trata de uma elaboração posterior ao que Mignolo teria elaborado com a denominação de Pensamento Fronteiriço (2012: 16, apud Ballestrin, 2012):

O pensamento fronteiriço, desde a perspectiva da subalternidade colonial, é um pensamento que não pode ignorar o pensamento da modernidade, mas que não pode tampouco subjugar-se à ele, ainda que o pensamento moderno seja de esquerda ou progressista. O pensamento fronteiriço é o pensamento que afirma o espaço onde o pensamento foi negado pelo pensamento da modernidade, de esquerda ou de direita (Ibid.: 52).

Michael Löwy observa que existe uma polêmica contra essas tendências eurocêntricas ou ocidental-cêntricas não só na ideologia dominante, mas também no marxismo dominante (ou mais vulgarmente expandido), tanto nas suas variantes social-democrata como estalinista, as duas principais correntes em que cristalizou o pensamento do movimento operário de raiz marxista no século XX (Löwy, 2015). Há uma abrangência de pensamentos e estratégias teóricas entre os que compõem o movimento decolonial, que os diferenciam entre si principalmente quanto à articulação da perspectiva latino-americana e marxista.

A análise das diferenciações entre raças, ou a busca do essencialismo latino-americano, tem privilegiado a análise classista da América Latina hoje, seja sob os ditames da

⁸ Lander organiza a principal coletânea publicada pelo grupo “Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas”, lançada em 2000 na cidade de Buenos Aires e em português pela CLACSO - Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, em 2005.

colonialidade, do imperialismo e das novas formas de acumulação. Trata-se, pois, de buscar uma articulação fecunda dos elementos não eurocêntricos do marxismo e da colonialidade, marcante na formação econômico-social latino-americana, tendo como plano de fundo o capitalismo mundial, mas, em análise dialética com as questões concretas década país.

A chave analítica da colonialidade e imperialismo se encontram no legado e formulações posteriores de marxistas como os já citados Lênin, Gramsci, e latino-americanos como José Carlos Mariátegui e Ruy Mauro Marini que tanto se debruçaram sob o tema das relações de dependência internacional e que muito podem inspirar a luta teórica e política decoloniais. Contudo, parte expressiva dos autores decoloniais contemporâneos rompem com o marxismo, caracterizando-o como mais uma narrativa da modernidade ocidental, ainda que crítica.

Aníbal Quijano e Enrique Dussel compõem o núcleo clássico da teorização sobre descolonização, são pioneiros quando se trata de teorizações a partir de uma perspectiva crítica sobre a América Latina. Quando se fala em produção teórica alternativa à hegemonia vigente na academia na década de 1960, o filósofo Enrique Dussel ([1975] 1977) explana que os argumentos que formaram o terreno que possibilitou a ascensão do “giro descolonizador” emergiram num difícil espaço de inserção ainda no contexto das ditaduras latino-americanas. Na Argentina, por exemplo, seu país de origem, surgiu um grupo que posteriormente se generaliza chamado Filosofia da Libertação. Dussel, como muitos outros investigadores, foi exilado para o México, onde desenvolveu sua primeira obra teórica, *Filosofia da Libertación en la América Latina*, de 1975, onde propunha uma mudança no ponto de partida do estudo, tendo como base o oprimido, indo de encontro às tendências modernas da época.

Tratava-se de uma tarefa interdisciplinária empreender um giro descolonizador no saber e na teoria latino-americana. Essa guinada epistemológica modificaria a forma de se produzir saberes partindo do sistema do método, utilizando-se da dialética e totalidade para as formulações dessa corrente clássica decolonial.

Aníbal Quijano, por sua vez, executa uma importante missão teórica ao destacar em seus escritos a função que a América Latina desempenhou no desenvolvimento do capitalismo, indicando que antes da colonização do subcontinente não se usava a definição “raça”, as diferenças de classe estariam delimitadas economicamente e também por meio de outras subjetividades. Aponta-nos que o conceito de *colonialidade do poder* exprime essa nova forma de legitimação das relações de dominação, como divisão racial do trabalho e a difusão de um aparato educacional uno, europeizado, que legitimariam nossa dependência financeira e intelectual (Quijano, 2005). Isto significou a validação das

antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade numa perspectiva moderna, ainda segundo o autor.

Sob outro prisma, Walter Dignolo, Ramón Grosfoguel e Edgardo Lander são intelectuais que fazem parte do grupo decolonial e que em grande medida salientam a necessidade de rompimento com todas as grandes narrativas mundiais, incluindo em muitos aspectos o marxismo, por classificarem essa corrente como eurocêntrica e, portanto, referida a um espaço-tempo determinado. Investigam os efeitos da colonialidade na América Latina, revisando a produção teórica europeia e questionando e categorizando essa teorização como insuficiente. Para Grosfoguel (2008), os decoloniais não são marxistas, nem antimarxistas, possuem uma posição crítica apenas ao marxismo eurocêntrico, sem explicitar claramente quais autores comporiam essa vertente não-eurocêntrica do marxismo. Com essa perspectiva, o autor reitera que também no campo marxista os cientificistas reproduzem um eurocentrismo imperial em nível epistemológico.

Com o conceito de diversidade epistêmica em contraponto a uma visão homogeneizada do que representa a análise marxista da sociedade, desconsidera no mínimo que os fundadores do marxismo, Marx e Engels, estudam toda a sucessão histórica dos modos de produção, enfatizando ainda a estreita ligação entre a ascensão da classe burguesa e o colonialismo (Tible, 2014).

Lander (2006) também questiona o marxismo como uma perspectiva adequada para o estudo sobre a América Latina. Ao contrastar a interpretação das mais diversas realidades do subcontinente – fortemente marcado pela colonização e racismo – com as aplicações doutrinárias do marxismo, Lander não encontra lugar dentro do que ele chama de perspectiva “europeizante” do marxismo. Sua crítica é acertada ao questionar a reprodução do eurocentrismo dentro do marxismo, assim como rechaçar a continuidade do pensamento conservador do século XIX trazido em certa medida pela própria “sociologia da modernização” e que se desenvolve em suas diversas versões durante o século XX seja através do neoliberalismo, seja com “as disciplinas acadêmicas institucionalizadas nas universidades do continente” (Lander, 2006: 223). Contudo, desconsidera toda a produção teórico-política e atuação de um marxismo genuinamente latino-americano, como as importantes análises e apropriações como as realizadas por Mariátegui.

Dignolo, tido como o fundador da *opção decolonial*, indica que não há como definir teoricamente essa opção. Para o autor, não se trata de uma missão e sim uma opção que se põe ao debate público no partindo do debate disciplinário da estruturação do saber, realizado primeiramente pelo grupo decolonial (Dignolo, 2002, 2003). Formula o conceito de “pensamento fronteiro” que resiste a cinco ideologias da modernidade, são

elas: o cristianismo, o liberalismo, o conservadorismo, o colonialismo e o marxismo (Mignolo, 2003). Reconhece a importância de autores que no contexto da modernidade eurocêntrica denunciaram o sofrimento humano, como Marx, mas não utilizou as formulações do autor alemão para suas elaborações.

Os autores decoloniais aqui descritos chamam ao debate diversas categorias que foram trabalhadas desde a perspectiva marxista, mesmo que na aparência não estejam postas como sinônimos, mas na essência, se apresentam como semelhantes. Categorias trabalhadas por autores marxistas como Gramsci podem ser verificadas nos aportes teóricos, por exemplo, de Mignolo quando o autor argentino fala da importância da manutenção da matriz colonial de poder para o exercício da colonialidade, em termos gramscianos estaria falando do exercício da hegemonia. Quando destaca a importância de se avançar em um projeto descolonizador nas ciências, no saber, também podemos inferir a partir da elaboração gramsciana quanto a importância delegada ao papel dos intelectuais como “cimento histórico” que conformaria esse bloco hegemônico no poder. Contudo, da maneira desenvolvida pelos intelectuais decoloniais que rompem com qualquer perspectiva totalizante, como o marxismo e a luta de classes internacionalista, descuram a carga revolucionária desses conceitos e transitam de estratégia política, privilegiando algum tipo de essencialismo latino-americano.

Os autores marxistas aqui destacados, ao privilegiarem em suas análises o desenvolvimento desigual da sociedade e também o colonialismo e a colonialidade, romperam com o cientificismo positivista e institucionalismo que se visualizava no marxismo hegemônico da época, contudo, buscaram ao mesmo tempo recuperar a vitalidade do marxismo, aproximando a política e cultura dos interesses subalternos por meio de uma frente organizada e consciente de trabalhadores, camponeses e, no caso latino-americano, indígenas.

5. Conclusões

A crítica que realizamos tanto ao essencialismo latino-americano que caracterizou em certa medida o debate no primeiro momento do marxismo no subcontinente e que se repete contemporaneamente com as teorizações de parte da corrente decolonial está amparada pelo fato de que foram correntes e intelectuais que rejeitaram as grandes narrativas históricas – mesmo as não eurocêntricas –, bem como os fundamentos materiais do ser social, o próprio conhecimento objetivo e, nesse terreno de reflexão desconsideraram as relações sociais que expressam contradições, ou, para novamente usar categorias gramscianas, relações de força entre os sujeitos sociais históricos constituídos a partir dessas relações. A lógica de acumulação e reprodução do capitalismo estudada pela

teoria marxista revolucionária enquanto sistema socioeconômico, político e ideológico implica necessariamente delegar relevância a não só ao capital como relação social historicamente específica mas também à sua articulação com as relações de poder que resultaram, por exemplo, na “expansão territorial, por ocupação física (colonialismo clássico), dominação político-econômica indireta (imperialismo e neocolonialismo) ou dominação ideológica-cultural (pós-colonialismo)” (Amadeo e Rojas, 2010: 33). Contudo, há como norte, desde o marxismo, a superação desses elementos de dominação e a possibilidade de emancipação humana.

As mais criativas abordagens marxistas foram aquelas que desenvolvem reflexões justamente a partir de suas realidades concretas, dando relevo também à conquista de consciência do próprio papel histórico, utilizando a educação das massas como ferramenta de um projeto político que culminaria na construção do partido revolucionário sob a hegemonia proletária. Esses autores expressam a ala revolucionária do marxismo frente às variantes reformistas e temos como notáveis exemplos as obras e trajetória política de Lênin, Gramsci e Mariátegui. Foram autores que pensaram um tipo de *nacionalização ou regionalização do marxismo*, a partir do estudo do desenvolvimento desigual experimentado em seus países de origem, sem perder o norte de totalidade do marxismo – que o faz permanecer pertinente – e que nos possibilita entender como avança a desigualdade desde a constituição do capitalismo até os dias atuais (Santaella Gonçalves, 2015).

É certo que a América Latina cumpriu e cumpre um papel chave na consolidação do capitalismo na forma imperialista, e que a partir do processo de colonização, um capitalismo *sui generis* se instala no subcontinente partindo da utilização de subjetividades como a racialização da sociedade para impor, além da exploração no trabalho, a opressão social. Toda organização territorial, organização política e cultural começa na colônia como produto de negócios estrangeiros, maximizando as transferências de recursos para a Europa. Refletir sobre essa forma de organização é refletir fundamentalmente sobre as particularidades da formação econômico-social do subcontinente, uma discussão atrelada à discussão sobre a revolução latino-americana, se entendemos que só se conclui o processo de formação social com uma mudança estrutural profunda, logo, revolucionária. Essa discussão não atinge de maneira decisiva nem o debate público, tampouco espaços de formação, como as universidades. O movimento decolonial intenciona justamente avançar com este debate, ao desvendar a lógica da colonialidade (do poder, do saber e do ser) como a “face oculta da modernidade”, assim, indissolúvelmente ligada à criação e desenvolvimento do mundo moderno. Importante ressaltar que a colonialidade é baseada na classificação apoiada na lógica imperial e que sobrevive mesmo com o fim do colonialismo, uma classificação racial, étnica, sexual, patriarcal, entre outras que se

combinam e que incutem um tipo de subordinação nos diferentes níveis de vida individual e coletiva.

A problemática da colonialidade sempre esteve muito presente na teoria latino-americana, incluindo a teoria política marxista indo-americana, assim como a temática do desenvolvimento desigual esteve presente em estudos para além do subcontinente e na própria Europa, a exemplos de Lênin e Gramsci. Foi com o peruano Mariátegui que pela primeira vez se utilizou desde uma perspectiva crítica, revolucionária, a perspectiva do combate a colonialidade mobilizando sujeitos históricos subalternizados que, organizados em uma frente única de classe, através da consciência de seu papel histórico e por meio da política e ação direta tomariam em suas mãos os rumos da sua história. A descolonização seria, para o revolucionário peruano, a nossa segunda independência. Assim como Mariátegui, a teoria revolucionária de Gramsci também aparecem como fundamentais para pensarmos e discutirmos as categorias contemporaneamente apresentadas pelo movimento decolonial. Os autores, influenciados pela tradição revolucionária da época, bem como pela análise das experiências locais de auto-organização, vislumbravam na educação das massas – numa concepção mais ampla da educação e formação cultural dos grupos subalternos – uma ferramenta de um projeto político que culminaria na construção do partido revolucionário sob a hegemonia proletária.

Nossa crítica marxista ao grupo decolonial, ao passo que não desconsidera a importância de sua argumentação, atenta para o fato de que ao pensar em uma descolonização priorizando fatores culturalistas e subjetividades somente, não se avança numa luta efetiva contra a necessidade de frear a vulnerabilidade do subcontinente frente às mudanças na economia mundial. Este avanço do capitalismo através da partilha do mundo entre as grandes potências é objeto de investigação do grupo, contudo, a palavra descolonização ou, como preferimos indicar, a decolonialidade, ganha espaço no vocabulário acadêmico absorvendo diferentes sentidos, promovendo significados distintos e por vezes contrários em relação à emancipação e à libertação.

Faz-se necessário recuperar o tema da descolonização pelo prisma revolucionário, através da interpretação marxista da realidade como Gramsci e Mariátegui fizeram, privilegiando um projeto amplo de constituição de uma vontade coletiva nacional-popular, nos mostram experiências fecundas de adaptação do marxismo à realidade local. Fato que implica considerar o imperialismo mais do que uma opção de governo, uma política econômica, mas sim uma forma elaborada do capitalismo, uma política de Estado, atuando no âmbito mais complexo da economia e da política.

A revisão ou superação do marxismo aparece como um tópico corrente na história das ideias, seja através da influência do revisionismo, seja na fase de burocratização da União Soviética sob o estalinismo, ou mesmo na América Latina, quando se questionou a pertinência a relação do marxismo com a realidade latino-americana, ainda na primeira fase de recepção do marxismo no subcontinente, em meados da década de 1920-1930.

A fecundidade da teoria marxista para a análise da América Latina, assim como outro lugar do mundo, se demonstra pela própria capacidade de atualização do capital, assim como pela competência de demonstrar “as condições para a transformação social em situações de capitalismo atrasado”⁹, sendo assim, um prisma relacional nevrálgico para o avanço criativo do movimento decolonial.

O movimento decolonial compõe parte importante na produção teórica contemporânea que nos últimos anos vem expressando as novas tendências de pesquisas que tem como foco a subalternidade latino-americana. Para avançar principalmente no combate dessa subalternidade, nos parece fundamental fomentar um terreno de troca que possibilite desenvolver e movimentar o próprio marxismo, partindo da análise local. Foi quando o marxismo realizou essa tarefa de desenvolver o conhecimento objetivo da realidade e da vontade nacional-popular que se mostrou mais criativo. São discussões interdisciplinares que contribuem decisivamente com a renovação crítica da sociologia contemporânea. Esta é uma tarefa fundamental para nós que pretendemos uma formação de consciência crítica de mundo, expressa na luta teórica e de classes.

⁹ Expressão utilizada por Portantiero apud Santaella, 2015.

Referências

- Aguiar, J. D. N. (2017) *Entre a subalternidade e o socialismo indo-americano: existe um pensamento marxista decolonial?* (Tese de doutorado). Campina Grande: PPGCS/UFCCG.
- Amadeo, J. Rojas, G. (2010) "Marxismo, pós-colonialidade e teoria do sistema mundo". En *Revista Lutas Sociais*. São Paulo: NEILS. N° 25-26 (p. 29-43). 2010.
- Ballestrin, L. (2013) "América Latina e o giro decolonial". En *Revista Brasileira de Ciencia Política* [online]. n.11 pp.89-117.
- Ballestrin, L. (2014) *Imperialismo como Imperialidade: o elo perdido do giro decolonial*. 38° Encontro Anual da Anpocs: Caxambu, 2014. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/papers-38-encontro/gt-1/gt26-1/9346-imperialismo-como-imperialidade-o-elo-perdido-do-giro-decolonial/file>.
- Ballestrin, L. (2012) *O Giro Decolonial e a América Latina*. 36° Encontro Anual da Anpocs: Águas de Lindóia, 2012. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/36-encontro-anual-da-anpocs/mr-3/mr19/8321-o-giro-decolonial-e-a-america-latina/file>.
- Boron, A. (2006) "A questão do imperialismo". In: *Teoria Marxista Hoje: problemas e perspectivas*. Boron, a.; Amadeo, S.; González, S. (org.). Buenos Aires: CLACSO.
- Castro Gómez, S.; Grosfoguel, R. (2007) *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar.
- Dussel, E. (1977) *Filosofia da Libertación na América Latina*. São Paulo: Loyola/UNIMEP.
- Grosfoguel, R. (2008) "Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global". En *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 80.
- Lander, E. (2006) "Marxismo, Eurocentrismo e Colonialismo". En Boron, A. (org) *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. São Paulo/Buenos Aires: CLACSO.
- Lenin, V. (2005) *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Centauro.
- Löwy, M. (2015) "Entrevista a Michael Löwy". En *Analéctica*. Revista Eletrônica de pensamento crítico. Ano I, N° 9 agosto. Disponível em: <http://www.analectica.org/articulos/mtzandrade-lowy/>.
- Manifiesto de la Federación Univesitaria de Córdoba. (1918); Disponível em: <http://www.reformadell8.unc.edu.ar/manifiesto.htm>.
- Mignolo, W. (2002) "The Geopolitics of Knowledge and the Colonial Difference". En *The South Atlantic Quarterly*, 101:1.
- Mignolo, W. (2003) *Historias locales/disenos globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*. Madrid: Ediciones Akal.
- Mignolo, W. (2007). "El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto". En Castro Gómez, S. y Grosfoguel, R. *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar. Disponível em: <http://www.unsa.edu.ar/histocat/hamoderna/grosfoguelcastrogomez.pdf>.
- Mignolo, W. (2008) "La opción de-colonial: desprendimiento y apertura. Um manifiesto y un caso". En *Revista Tabula Rasa*. 8.
- Mignolo, W. (2010) *Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad*. Argentina: Ediciones del signo, 2010.
- Quijano, A. (1992) "Colonialidad y Modernidad-Racionalidade". En Bonilla, H. *Los Conquistados: 1492 y la población indígena de las Américas*. Bogotá: Tercer Mundo.
- Quijano, A. (2005) "Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina". En *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Lander, E. (org). Buenos Aires: CLACSO.
- Said, E. (2007) *O Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Santaella Gonçalves, R. (2015) "O desafio teórico-político da 'Nacionalização do Marxismo' na América Latina: chave analítica e necessidade histórica". V Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. UNICAMP. Disponível em: <http://conferencias.fflch.usp.br/sdpssp/Vsem/paper/view/339/176>.
- Semeraro, G. (2012) "Subalternos e periferias: uma leitura a partir de Gramsci". En *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, v. 4, n. 1, p. 58-69, Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/download/9404/6842>.
- Tible, J. (2012) *Marx e América indígena: Diálogo a partir dos conceitos de abolição e recusa do estado*. Tese (doutorado). Universidade Estadual de São Paulo. IFCH – Departamento de Sociologia. Campinas.
- Tible, J. (2014) *Marx e os outros*. São Paulo: Lua Nova. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n91/n91a08.pdf>.